

Doação do autor.



28.03.2014

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

A Tipologia das Decisões do STF



EDITORA AFILIADA

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4563-8

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Brust, Léo.

B912 Controle de constitucionalidade: a tipologia das
decisões do STF./ Léo Brust./ Curitiba: Juruá, 2014.
322p.

1. Direito constitucional. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)

CDU 342

000085

SVS= 998663

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	25
INTRODUÇÃO	27
1 UMA QUESTÃO PRÉVIA: A APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	31
2 SENTENÇA SIMPLES DE CONSTITUCIONALIDADE/INCONSTITUCIONALIDADE	37
2.1 Sentença de inconstitucionalidade formal e material	48
2.2 Sentença de inconstitucionalidade por dependência.....	53
2.3 Sentença de inconstitucionalidade por conexão ou arrastamento	55
2.4 Efeitos no controle concentrado (abstrato).....	60
2.4.1 Efeitos gerais e vinculantes.....	62
2.4.2 Efeitos retroativos.....	83
2.4.3 Repristinação	93
2.4.4 Efeitos da decisão de concessão de medida cautelar.....	100
2.5 Efeitos no controle difuso (concreto).	109
2.5.1 <i>Abstrativização</i> do controle concreto?	117
3 SENTENÇA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL (QUANTITATIVA)	137
4 SENTENÇAS INTERPRETATIVAS	145
4.1 Sentença interpretativa em sentido estrito (interpretação conforme a Constituição).....	149
4.1.1 A equiparação da sentença interpretativa em sentido estrito com a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	154
4.2 Sentenças manipulativas	160
4.2.1 Sentença de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto (parcial qualitativa).....	166

4.2.2	Sentença aditiva.....	172
4.2.3	Sentença substitutiva.....	177
4.3	Sentenças interpretativas no âmbito do controle difuso.....	182
4.3.1	Análise dos fundamentos de dois acórdãos interpretativos.....	184
4.3.2	Reduccionismo e transparência.....	199
4.3.3	A necessidade de suscitar o incidente de inconstitucionalidade ao Pleno.....	201
5	SENTENÇAS DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....	211
5.1	Sentença de mera comunicação da omissão em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	214
5.2	Sentença de inconstitucionalidade por omissão parcial.....	222
5.3	Sentenças de inconstitucionalidade por omissão em mandado de injunção.....	229
5.3.1	Sentença de mera comunicação da omissão.....	233
5.3.2	Sentença apelativa com concessão diferida do direito.....	235
5.3.3	Sentença normativa supletória <i>inter partes</i>	237
5.3.4	Sentença normativa supletória <i>erga omnes</i>	240
6	MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DAS SENTENÇAS.....	253
6.1	Revogação da legislação pré-constitucional e inconstitucionalidade sobrevinda.....	256
6.2	Sentenças limitativas.....	269
6.2.1	Limitação dos efeitos temporais em relação ao futuro: inconstitucionalidade com eficácia <i>ex nunc</i> ou <i>pro futuro</i>	277
6.2.2	Limitação dos efeitos temporais em relação ao passado: inconstitucionalidade com retroatividade mitigada ou parcial.....	281
6.3	Sentenças apelativas.....	283
6.3.1	Sentença de inconstitucionalidade sem pronunciamento da nulidade do preceito.....	285
6.3.2	Sentença apelativa em sentido estrito.....	290
	ANEXO.....	297
	ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade por Legitimado – 1993 a 2012...297	
	REFERÊNCIAS.....	299
	ÍNDICE ALFABÉTICO.....	317